

12ª SESSÃO ORDINÁRIA – 15.05.2019.

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, às dezanove horas no Palácio Marumbi, Plenário da Câmara Municipal de Morretes, sob a Presidência do Vereador Deimeval Borba, estando presentes os Vereadores Luciano Cardoso, Mauricio Porrua, Júlio César Cassilha, João Carlos Sellmer, Sebastião Brindarolli Junior, Marcela da Silva Elias, Flávia Rebello Miranda, Samuel Cordeiro Adriano, Valdecir Mora e Vereador Mauro Cardoso de Pontes, havendo quórum legal de Vereadores, pedindo a proteção de Deus e amparado pelas Leis vigentes no país; o Presidente declarou aberta a presente Sessão. Alguma consideração sobre as atas da 10ª sessão do dia 24 de abril e 11ª sessão do dia 08 de maio de 2019... as atas estão aprovadas. Passou-se para o expediente e eu, procedi à leitura das correspondências recebidas dos vereadores e comissões da casa: Ofício nº 001 /2019 – do gabinete dos Vereadores Marcela da Silva Elias e Sebastião Brindarolli Júnior, solicitando que seja oficiado ao Chefe do Poder Executivo para que tome as devidas providências com o intuito de reencaminhar o projeto de lei N.º 2.137/2018 - Implanta o Programa de Tratamento Fora do Domicílio – TFD no Município de Morretes, e dá outras providências, para apreciação e aprovação desta Casa. Presidente – leitura das correspondências expedidas pelo legislativo. Secretária – Ofício nº 091 /2019 – encaminha em resposta ao Ministério Público, referente a elaboração de legislação para regulamentação das moradias da Cohapar, informando que representantes desta Casa e servidores da Secretaria de Ação Social, reuniram-se para tratar da realidade da situação bem como proceder um levantamento de requisitos a viabilizar a regularização das casas doadas na ocasião. Secretária – Ofício nº 093 /2019 – encaminha a devolução do Projeto de Lei nº 2.140/2019 – Súmula: “Altera os dispositivos da Lei Ordinária nº 323 de 20 de outubro de 2014 e dá outras providências”. Considerando a deliberação contida no Parecer Conjunto das Comissões de constituição, justiça e redação e de obras, desenvolvimento e serviços públicos (cópia em anexo), as mesmas entenderam ser necessário a propositura de um Projeto mais substancial que venha a regularizar a atual situação, bem como, atender a recomendação expedida pelo Ministério Público. Presidente – leitura das correspondências recebidas do executivo. Secretária – Ofício nº158 /2019 – do Gabinete do Prefeito encaminhando a resposta da Indicação 146/2019, do Vereador Sebastião Brindarolli Júnior sobre estudar a possibilidade de leiloar os veículos em desuso da Prefeitura de Morretes. Secretária – Ofício nº157 /2019 – do Gabinete do Prefeito encaminhando a resposta do requerimento 016/2019 do Vereador Sebastião Brindarolli Júnior sobre a relação as rotas e frota de veículos utilizados no transporte escolar, bem como seguro contra acidentes dos veículos. Secretária – Ofício nº158 /2019 – do Gabinete do Prefeito encaminhando a resposta dos requerimentos 073 e 075/2018. Ambos do Vereador Sebastião Brindarolli Júnior referente a real situação do Cine Teatro de Morretes e Estação Ferroviária de Morretes, bem como planejamento para revitalização e previsão de reabertura. Secretária – Ofício nº160 /2019 – do Gabinete do Prefeito encaminhando através do Setor de Licitações e Contratos, a resposta do Requerimento 021/2019 de autoria do vereador João Carlos Sellmer, referente os processos licitatórios realizados em caráter de urgência de 2018 até a presente data. Presidente - leitura das correspondências recebidas de terceiros. Secretária – Ofício nº490/2019 – do

Ministério Público, encaminhando o Inquérito civil referente apuração sobre eventual improbidade administrativa do Prefeito municipal por negativa no fornecimento de informações solicitadas pela Câmara Municipal de Vereadores de Morretes. Secretária – Ofício nº 494/2019 – do Ministério Público, encaminhando convite para participação da Audiência Pública, para acompanhar os trabalhos realizados pelo Município de Morretes e o Conselho Municipal de Segurança Pública – CONSEG, sobre a instalação de câmeras de monitoramento no município, que será realizada no dia 05 de junho de 2019, às 19:00 horas, no salão da Igreja Matriz Nossa Senhora do Porto, situado na Rua Cel Modesto, Centro, neste Município e Comarca de Morretes. Secretária – Ofício nº 554/2019 – do Ministério Público, comunicando o encerramento do inquérito civil que trata da apuração de eventual irregularidade no contrato dos serviços da empresa BETHA SISTEMAS LTDA com a Câmara Municipal de Morretes, mediante dispensa de licitação. Presidente – leitura das proposições de indicações. Secretaria – indicação nº 195/2019 Autor: Sebastião Brindarolli Júnior Objeto: Sugere ao Chefe do Poder Executivo Municipal que solicite à Secretaria competente para estudar a possibilidade de se efetuar coleta de galhos resultante da poda de árvores, poda essa realizada em logradouros públicos, conforme fotos em anexo, nas seguintes localidades do Porto de Cima: Ao lado do Centro Poliesportivo; Ao lado do Cemitério do Porto de Cima; Em frente ao Cemitério do Porto de Cima; No Pátio da Igreja de São Sebastião. Presidente – encaminhe-se. Secretaria – indicação nº 196/2019. Autor: João Carlos Sellmer Objeto: Sugere ao Executivo para estudar a possibilidade de realizar limpeza geral na lixeira próximo a Caixa D' Água no bairro Sambaqui. Presidente – encaminhe-se. Secretaria – indicação nº 197/2019 Autor: Mauricio Porrua e Valdecir Mora Objeto: Sugere ao Executivo que solicite à Secretaria competente para estudar a possibilidade de realizar a manutenção dos aparelhos de fisioterapia da Saúde nesta Localidade do Município de Morretes. Presidente – encaminhe-se. Presidente – leitura das proposições de requerimento. Secretaria – proposição de requerimento nº 031/2019 Autor: Sebastião Brindarolli Jr Objeto: Requer ao Executivo, que determine à Secretaria competente o envio das informações referentes à investimentos e ao uso de verbas que seriam destinadas ao Hospital de Morretes e quais benfeitorias foram geradas. Presidente encaminhe-se a proposição de requerimento 031/2019 para a ordem do dia da presente sessão. Secretaria – proposição de requerimento nº 032/2019 Autor: Flávia Rebello Miranda Objeto: Requer ao Presidente da Câmara Municipal de Morretes, o agendamento de reunião com alguns membros da Comissão da XXXVI Festa-Feira Agrícola e Artesanal de Morretes, constituída por um representante da EMATER, representantes dos feirantes indicados pela própria EMATER, bem como a convocação do Secretário Municipal de Turismo, para tratar dos procedimentos adotados na escolha de critérios para distribuição das barracas. Presidente encaminhe-se a proposição de requerimento 032/2019 para a ordem do dia da presente sessão. Secretaria – proposição de requerimento nº 033/2019 Autor: Marcela da Silva Elias Objeto: Requer à Empresa Concessionária do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento do Município – SANEPAR que encaminhe, no prazo legal, a esta Casa de Leis as seguintes informações e providências: Indicar as ações quanto à implantação e extensão de rede de fornecimento de água e esgoto especificamente em relação à Vila Florindo – as margens do trilho do trem, na localidade do Rio do Pinto neste Município;

Informar a possibilidade de elaborar e apresentar o Projeto de implantação da rede na referida área, considerando a supremacia do interesse social e universalização da rede como direito básico e fundamental ao cidadão; Cumprimento do artigo 112 da Lei Orgânica Municipal de Morretes no intuito de dar publicidade, transparência e ampla divulgação aos usuários da região, possibilitando a realização de uma reunião com a comunidade e/ou uma visita técnica *in locu* para melhor aferição da situação de esgoto a céu aberto existente na localidade. Presidente encaminhe-se a proposição de requerimento 033/2019 para a ordem do dia da presente sessão. Presidente – leitura dos projetos de leis. Presidente – leitura dos projetos de leis de iniciativa do poder executivo. Secretaria – projeto de lei 2150/2019 – súmula “prorroga por mais 12 meses o incentivo de produtividade instituído pela lei municipal nº 275/2014. Secretaria - senhor presidente, o presente projeto está acompanhado de requerimento de urgência exarado pelas comissões de constituição e justiça, e finanças da casa, e assinado por seus membros. Presidente - encaminhe-se o projeto de lei nº 2150/2019 e requerimento de urgência para a ordem do dia da presente sessão. Secretária – projeto de lei 2152/2019 – súmula “autoriza a abertura de crédito adicional especial ao orçamento geral do município de Morretes na importância de 1.138.830,00 (um milhão cento e trinta e oito mil e oitocentos e trinta reais) conforme disposição dos artigos 40 e seguintes da lei federal nº 4.320 de 17.03.1964 e dá outras providências”. Presidente - encaminhe-se previamente o presente projeto de lei para a procuradoria da casa e setor contábil proceder sua análise e parecer técnico, bem como se faça a distribuição aos vereadores. Presidente – encaminhe-se previamente a procuradoria da casa e setor contábil para análise e parecer técnico, bem como se faça a distribuição aos vereadores. Presidente – leitura dos projetos de lei de iniciativa do poder legislativo. Secretaria – projeto de lei nº 2145/2019 - súmula: "institui a câmara mirim no município de Morretes, estabelece normas para seu funcionamento, e dá outras providências". Secretaria - Senhor Presidente, o presente projeto de lei está acompanhado de pareceres favoráveis exarados pelas comissões competentes. Presidente - encaminhe-se o projeto de lei nº 2145/2019 bem como pareceres para a ordem do dia da presente sessão para 1ª apreciação. Secretaria – projeto de lei nº 2147/2019 – súmula: “dispõe sobre a instalação de equipamentos para a eliminação de ar na tubulação de abastecimento de água no âmbito do município de Morretes”. Secretaria - senhor presidente, o presente projeto de lei está acompanhado de pareceres favoráveis exarados pelas comissões competentes. Presidente - encaminhe-se o projeto de lei nº 2147/2019 bem como pareceres para a ordem do dia da presente sessão para 1ª apreciação. Uso da palavra no expediente: – Senhora Secretária há algum vereador inscrito para uso da palavra no expediente. Secretária: Vereadora Flávia Rebello Miranda. A Vereadora inicia sua fala: Senhor Presidente, senhora secretária, nobres colegas, munícipies, servidores do município, senhoras e senhores, Procurador do município, bem vindo a esta Casa. Inicialmente eu gostaria de colocar e informar Vossas Excelências os motivos pelos quais apresento o Requerimento 032/2019, que trata da solicitação ao Poder Legislativo de uma reunião com alguns setores responsáveis pela Festa Feira. Algumas situações já discutimos, com relação a licitação, a organização da Festa, mas essa Vereadora entende que o que deve ser realmente ouvido é a população. São as pessoas que realmente participam desta Festa tão

tradicional e tão esperada no nosso município. Confesso aos senhores que, festeira que sou, gosto de estar em todos os eventos festivos do município e outros, em especial na área da Igreja Católica, nos convivemos com pessoas e nos aproximamos delas. Na quarta-feira, dia 1º, eu levei duas horas e meia para fazer o percurso da Festa, indo nas barracas, conversando com as pessoas que eu pude conversar.. e ouvi muita reclamação, muito descontentamento. Fiquei aguardando após o termino da festa, alguma informação sobre a reunião de avaliação, e infelizmente não tive nenhuma notícia. A comissão da festa não fez seu trabalho de Casa, não fez seu trabalho organizativo, no sentido de que nós, depois de erros que nós temos que entender que são passíveis do ser humano e passíveis da organização, pelo menos a humildade de assimilá-los e mudar a situação pra que ela não aconteça no ano seguinte. Então esse é o motivo principal desse Requerimento, ao qual eu peço para Vossas Excelências o apoio na aprovação dele e já de antemão, se aprovado nesta Casa, o convite a todos.. porque eu tenho certeza que todos aqui tem alguma coisa a contribuir, algumas colocação negativa a fazer, que tiveram na festa, observaram, conversaram com os feirantes, conversaram com a população e essas informações também são rotineiras. Enquanto estive aqui sempre tive reclamações mas também sempre tivemos avaliação após a Festa para que tudo isso ficasse evidenciado; tanto a equipe de organização da festa quanto para este Poder e o Poder Executivo. Vendo que isso não aconteceu, entendo ser necessário ouvir realmente os representantes, os participantes da Festa e nós levarmos como sugestão ao Poder Executivo, através do Secretário de Turismo que vai estar participando, de tudo que foi realmente avaliado e tudo que realmente podemos melhorar. Tudo que podemos elogiar, porque não é tudo reclamação, uma avaliação de uma Festa como essa deveria acontecer. Então peço apoio de Vossas Excelencias para aprovação deste requerimento e posterior depois organização da Casa, e de todos os vereadores que se sintam participantes da reunião, pra que a gente organize bem isso e faça com eficiência, pra que a comunidade entenda que a nossa função é colaborar na organização de futuras festas que venham a acontecer. Quero aqui hoje falar um pouquinho sobre a educação do nosso município, mas não só dela, falar um pouquinho da educação do nosso país. Inicio falando da educação como um todo, a nível nacional, e quero aqui manifestar o meu repúdio ao que acontece hoje à educação no nosso país. Clarividente hoje, em todos os jornais, o descontentamento de tudo o que ta acontecendo, muito se fala nas redes sociais, ela tem seu lado de informação, mas não sei de muitas das vezes construtivo e instrutivo como deveria ser, porém pra quem vive nessa área há mais de 25 anos, participando inteiramente de todas as atividades voltadas a educação que nos é permitido, a preocupação de ver hoje, perto de 1 milhão de pessoas nas ruas, descontentes, com a forma de planejar a educação em nosso país, apresentada não só aos órgãos responsáveis pela educação, mas a público, a forma de não valorizar o sistema educacional brasileiro quando tem um ministro que consegue anunciar cortes de verbas tão importantes no ensino superior, fala-se em 3%, fala em 30%; o problema não é a porcentagem e sim a causa de tudo isso. Nós temos universidades que estão parando seus serviços quando os mesmos se entendem à hospitais, nos estudos científicos, e a base estrutural da qualidade de ensino sendo comprometida por leviandade, por falta de planejamento, por falta de respeito às instituições, aos

alunos e a sociedade como um todo. Então fica aqui a nível nacional o meu repúdio, em especial ao Senhor Ministro da Educação. Quero também entrar na esfera estadual; que quando a gente muitas vezes pensa que um governo federal pode desestruturar um município, quando não planeja, o estadual colabora bastante, e é mais próximo da gente ainda. Quero comunicar os senhores que é sabido por todos, mas nós temos dentro do município de Morretes uma escola estadual super lotada; e das dualidades com o município, onde atende alguns alunos estaduais em escolas municipais. A nossa escola central, o colégio Rocha Pombo, hoje funciona com 18 salas de aulas e mais 5 salas de aula alugadas do Centro Pastoral de Morretes, da Igreja Católica. E queria dizer que podemos ter sérios problemas, pois desde agosto do ano passado, o governo do estado não paga o aluguel à Igreja Católica e, nem sequer veio ao município refazer o contrato que tinha vencido. O contrato venceu em agosto e até hoje ninguém se predispôs a discutir com os representantes da Igreja, os donos daquele Centro Pastoral, uma forma de sanar essa dívida que só cresce. E fala-se ainda, não oficialmente, que o conselho administrativo da Igreja se reunirá nos próximos dias e poderá despejar esses alunos. Quer dizer, o governo do estado é o primo rico que não consegue sustentar nem a sua modalidade de ensino. Fica aí o alerta a essa Casa, aos munícipes, que, se o município peca muitas vezes, o primo rico também faz a mesma linha de ataque a uma educação de qualidade no nosso município. E por fim, eu entendo ser, uma pessoa que tem profissão de professora estadual e municipal e, por muito tempo estar atuando dentro do município, falar um pouquinho da educação municipal. É histórico que todos aqui, pra comunidade que acompanha a educação em nosso município, a falta de planejamento. É histórico a falta de infraestrutura dentro da educação em nosso município. É histórico, muitas vezes que os municípios recebam legislações e as cumpram sem ter a base de conhecimento, planejamento financeiro e itens que possam realmente, tornar a educação de Morretes um pouco mais qualificada, estruturada, devido as serias condições que temos de organização dentro desta pasta que é tão importante para nossa comunidade. Quando digo isso, porque estive conversando com a secretária da educação, que eu considero ser uma exímia trabalhadora, dedicada, muitas vezes tira água de pedra no sentido da organização do nosso município. É complicado quando, por vários anos a organização não aconteça e chegue no secretário e consiga de pronto, resolver problemas tão sérios na educação. Mas então, que se não consigamos resolvê-los, nós não podemos procurar mais problemas. E, escutei do secretário que está se falando dentro do nosso município, que existe a intenção por parte do Poder Executivo, de fazer, pra que os senhores entendam, a LDB que é a Lei de Bases e Diretrizes da educação, ela divide modalidades de ensino dentro do país. Os alunos de séries iniciais, educação infantil até o 5º ano são de inteira responsabilidade do município. Os alunos de 6º a 9º ano, ensino médio, estão dentro da jurisdição do governo do estado e o ensino superior dentro do Governo Federal. E fui conversar com a secretária, porque existe uma ideia dentro do município, de empregar cerca de 300 alunos, que hoje são do município, mas estão na modalidade de 6º a 9º ano, esses alunos estudam na "Escola da Marta". Desde que o FUNDEB foi criado em 1998, todos os prefeitos e secretários que por aqui passaram, nunca fizeram essa devolução, vamos dizer assim, desses alunos que seriam de responsabilidade do estado, nunca o fizeram ao próprio estado porque esses

300 alunos são de suma importância para a questão financeira dos recursos do FUNDEB. Eu digo isso, porque acompanho há mais de 20 anos essa questão de recursos que estão sendo contemplados através da base de cálculo aluno – ano multiplicado o número de alunos e o valor da per capita de cada um deles. A ideia em achar que 300 alunos a menos possam trazer economia pro município não tem base em estudo financeiro. Digo isso porque se nós entregarmos hoje 300 alunos ao governo do estado, o governo tem dualidade na escola Desalda. Ele vai permanecer com os 300 alunos dentro da escola Desalda. Se pensarmos em economia dizendo que vamos diminuir folha de pagamento, porque nós não queremos mais essa modalidade de ensino dentro do município, ilusão. Porque professores são concursados, e não podem ser mandados embora, não podem ser desligados do sistema; porque tem que entender que os professores fizeram o concurso para essa modalidade de ensino, não poderão ser utilizados nas séries iniciais, porque a exigência desse concurso é de ensino superior. E a exigência obrigatória das séries iniciais, é magistério. Então, provavelmente estes servidores terão de ficar, experiência esta devida pelo próprio estado, quando teve que retirar os professores estaduais e levá-los para os colégios estaduais essa informação. Eram servidores que não tinham nenhum tipo de atuação por impedimento legal. Com relação aos nossos funcionários, nós vamos ter funcionários na escola que terão que trabalhar apenas meio expediente porque o outro expediente trabalhava com o 6º ao 9º ano. O que vamos fazer com esses funcionários? Que terão que cumprir o restante do outro expediente? Fala-se em economia para o município, a grosso modo, a diminuição de 300 alunos compromete de 15 a 20% dos recursos do FUNDEB. Se hoje, já se usa praticamente todos os recursos com os salários, se nós não diminuirmos funcionários nem professores, nós vamos diminuir somente recursos. Então senhores, eu faço esse alerta, que se fala muito, mas não se fez nenhum estudo. Foi o pedido que eu fiz a secretária, que o governo já tem o prédio, já tem o quantitativo da merenda per capita por aluno... pra ele, não vai ter problema nenhum. Ele só vai ser calculado acima do valor que ele já tem; mais 300 alunos. O transporte, ele já tem do município, que é estadual. Então, para o primo rico, não faz diferença.. já para o primo pobre que é o município tem muita diferença. Eu espero que se tenha responsabilidade, tenha um estudo técnico financeiro muito aprofundado, para que nós não comprometamos o futuro saudável da receita do FUNDEB do nosso município. A gente diz saudável, mas hoje já não é né, ele já está complicado. E o anúncio do ministro fala em reduzir até 50% da receita do FUNDEB que eles complementam o que nós contribuimos para o fundo. Sem o 15, sem o 50, talvez prejudique muito o nosso município, então volto a afirmar que antes que a gente faça, resolva uma situação dessas que não tem volta, que isso seja muito estudado, pensado e calculado pra que nós não tenhamos mais comprometimento do que já temos com a educação de Morretes. E por fim, eu gostaria de dizer que fiquei surpresa, semana passada eu tratei aqui do acolhimento por parte do Poder Executivo de dois novos servidores. Uma servidora nova, secretária da Ação Social, disse aqui, da minha curiosidade em conhecê-la e do seu trabalho técnico, que eu espero que seja técnico.. soube até que ela é parente do Prefeito. Mas não vou fazer nenhum pré-julgamento antes de conhecer o trabalho dela. E de uma diretora geral da educação, que fui procurá-la, cheguei para a secretária, não tinha mesa não tinha nada.. e pra minha surpresa, na segunda-feira ela já foi

exonerada. Eu espero que não tenha sido por causa da minha fiscalização, eu espero que não comprometa a vida das pessoas aqui, até se foi esse motivo eu devo desculpas a pessoa que foi pra trabalhar. Agora, se a forma em que ela foi colocada para trabalhar não foi a forma correta, a culpa não foi dessa vereadora. Foi de quem fez, assinou, quem colocou uma prestadora de serviço no local que não era correspondente ao local que ela pudesse desenvolver um bom trabalho. Eu fico aqui meio entristecida, porque se isso foi porque essa vereadora disse que queria conhecer o trabalho dessa servidora, até porque é da área da educação, ela tenha sido demitida. Cortaram o que.. a capacidade profissional dela ou cortaram uma irregularidade? Fica a pergunta. Fica aqui a minha curiosidade em saber que as pessoas são flexíveis pras funções conforme o interesse da administração. Espero de coração que essa pessoa a qual eu mais uma vez manifesto minha solidariedade a ela, se ela foi chamada pra trabalhar e não fizeram o que era certo, a culpa não é dela. E se foi pela minha fiscalização, eu espero que não aconteça mais, pois eu acompanho diariamente o Diário Oficial dos Municípios e tudo o que eu achar que não contempla, eu vou perguntar, eu vou bater na porta dos secretários, eu vou cumprir o meu papel. Até porque se os recursos estão tão escassos, usá-los sem necessidade é realmente falta de planejamento. Presidente: eu gostaria que a senhorita assumisse a Presidência. Presidente: Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhores Vereadores, Senhor Procurador, senhores e senhoras aqui presentes, sejam bem-vindos a esta Casa de Leis, daqui a pouco a gente vai poder discutir a Lei, para os senhores entenderem, eu fui perguntado várias vezes sobre essa Lei, mas essa Lei só chegou aqui na quarta-feira antes do feriado, então na 1ª sessão, eu queria justificar aqui para os senhores motoristas, que essa Casa não atrasou, não segurou. E ainda houve por parte das comissões, e eu quero elogiar as comissões aqui, entenderam que devia ser feito um regime de urgência. Então deve ter ficado aproximadamente 15 dias nessa casa. O que pra qualquer Lei, ir e voltar em 15 dias foi mais que urgente. Se demorou, pode ter certeza que foi lá no patrão, o patrão dos motoristas que não mandou pra cá. E parabéns para os vereadores e vereadoras das comissões que entenderam que não devia ter o trâmite demorado, não cometeram nenhuma ilegalidade né, muito pelo contrário, mas entenderam que devia ser aprovado com urgência, até por conta da folha. Mas eu já vou adiantar aqui, eu tive uma conversa rápida com alguns vereadores aqui, eu entendo que precisamos resolver isso de imediato. Os motoristas não precisam ficar todo ano esperando a lei. Isso já podia estar incorporado no salário dos motoristas. Isso é direito. Desde 2014 essa casa vota todo ano pra poder ser pago. Aí eu venho aqui com uma sugestão pra resolver, e vai aparecer alguém pra dizer que é mais uma lei desnecessária, como aconteceu com o ônibus escolar. Mas eu já to fazendo aqui a proposta, a procuradora está aqui e aos senhores vereadores para fazer uma força tarefa aí logo em seguida já, e acabar com essa novela de todo ano vir pra cá para ser votado. Incorpora no salário e resolve o problema. Então tá aqui a minha proposta. Mas que bom se tivesse sempre a presença de todos aqui, vocês são sempre bem-vindos. Dizer para os senhores e para aqueles que nos assistem pelo patrocínio do Observatório de Morretes, dizer que no momento e eu estava ouvindo atentamente no que a senhora falou, e eu fiquei muito feliz quando a senhora no final do discurso falou sobre a educação em Morretes que eu me apavorei, eu acho que a vereadora já desanimou com Morretes e tá indo lá pra Brasília,

não desanime.... mas que realmente, a condução dos trabalhos da Casa estão indo muito bem graças a Deus, nós temos novidades chegando aí, coisas boas, estamos tratando com muito carinho, com muita dedicação, o que diz respeito aos funcionários da casa. Bom seria se o Executivo tivesse as condições que estando tendo, de melhor salário, pagar o que os concursados têm de direito, todas as equiparações, nós estamos estudando para pagar.. então esta casa está indo muito bem; mas a outra Casa infelizmente não vai bem. E eu, particularmente, me sinto feliz de estar na Presidência, mas ao mesmo tempo me sinto um pouco preso nesse assunto. Eu gostaria de levantar aqui rapidamente 2 situações para os senhores. Eu tenho sido mais elogiado do que criticado, o que já é bom sinal. Mas nós tivemos um fato e eu não gostaria de falar sobre isso, mas vou ter que falar porque é algo que está sendo dito. Eu recebi uma ligação sábado passado da RPC e a funcionária acabou me passando algumas informações que eu não conhecia e pra mim foi surpresa. Porque eu estive no dia 29 de abril no Candonga e me deparei com uma ponte que não estava tão ruim como outras por aí; porque pelo menos o madeirame da ponte estava bom. Então, algumas pessoas que fazem parte da Amorisa me levaram a mostrar a ponte, e falar que já estavam há vários meses aguardando que o município arrumasse a ponte. Mas eu fui surpreendido com a fala de uma senhora que estava com uma criança no colo, e ela me chamou em particular e me disse: "o Senhor vai ser mais um que vem aqui e olha a ponte? Olhar a ponte não vai arrumar". Eu falei não, eu acabei de falar com a direção da Amorisa, eu não posso arrumar, se eles quiserem arrumar a ponte nós arrumamos. E a fala foi de que só faltavam as tábuas para arrumar. Eu falei com o dono de um material de construção de lá, o Fábio, e ele me passou os valores, me disse onde tinham as madeiras que eles queriam e eu disse que mandaria a madeira pra eles. Falei com o Gilmar Robassa, fez um preço melhor e eu comprei a madeira. Isso foi na segunda, na terça-feira a madeira estava lá. Na quarta-feira os moradores fizeram a ponte. E aí eu estou sendo questionado, eu não usei dinheiro da Câmara.. e nem podia. O dinheiro é meu. Enquanto tem pessoas que compram cerveja, eu compro tábua pra construir ponte. Cada um faz com o seu dinheiro o que quer. Só que alguns vereadores, o Executivo ou alguns deles reclamaram que eu mexi na ponte. Eu não mexi na ponte. Eu recebi até pessoas, nas minhas redes sociais, dizendo que eu devia estar lá pregando a ponte, já que eu me meti no negócio... Normalmente quem critica o que eu faço é quem se candidatou pra vereador, fez 10 votos, 5 votos, não se elege e aí fica reclamando quando a gente faz alguma coisa. Dei o dinheiro, comprei a madeira, e aí eu disse pra moça da RPC que eu comprei a madeira com o meu dinheiro. Eu faço o que eu quero com meu dinheiro. A única pessoa pra quem eu perguntei se podia gastar esse dinheiro foi minha mulher, se eu podia gastar ou não. Aí eu recebo ontem uma informação da Amorisa que alguém do Executivo foi lá pra querer ver a nota. Porque não fez a ponte ao invés de ver a nota? A ponte tá lá, o ônibus escolar tá passando lá, as pessoas estão passando na ponte. Eu não ia falar nada disso aqui não, porque eu fiz muito mais do que isso na minha vida sem ser vereador. Muito mais do que isso já fiz, e nunca falei pra ninguém e não preciso disso.. nem tenho voto naquela região. Então tô trazendo aqui, porque ainda foram lá reclamar que a ponte ficou 10 centímetros menor. É ruim de entender esse tipo de coisa. Eu diria pra vocês, que tem mais uma ponte do Sapitanduva que está praticamente agilizado todo o material pra fazer; conseguimos junto a RUMO,

trilho, material para fazer a ponte.. agora foi trancado lá na RUMO. Há quem diga que alguém daqui foi na RUMO dizer que eles não podem entregar material pra vereador fazer ponte. Eu procurei o prefeito e disse que daria todo o material, porque a mão-de-obra, o Senhor Vilson Malucelli pediu 5 mil para fazer a ponte. Eu falei que daria todo o material e o senhor contrata o Vilson e faz a ponte. E eu nem apareço nesse negócio; até porque eu nem sei fazer ponte, não vou fazer. Mas dentro do possível, comprar o material, eu vou continuar fazendo.. sempre fiz. Não posso fazer no período eleitoral, mas fora dele, o dinheiro é meu, o salário é meu.. só tenho que perguntar pra minha mulher se eu posso gastar ou não posso. Aí diz que agora um pré-candidato a prefeito foi até o material de construção Robassa pra dizer que ta tudo pronto a papelada que o Pastor Deimeval vai ser cassado por causa da ponte do Candonga. Olha, aí eu disse pro rapaz lá do material que pelo amor de Deus que entrem logo com a cassação! Aí eu saio candidato a governador. Aí vou virar vítima do negócio... que bom que entrassem com alguma coisa. Tá gravado aí ó, comprei a madeira com o meu dinheiro e nem vou comprar mais. Minha campanha política, minha prestação de conta, tem ano que vai lá e bate na trave. Que falta uma nota sei lá de que... agora isso, eu não preciso disso. Bom, as ponte pencil parece que não começaram ainda.. já foi licitado, caiu uma senhora lá há poucos dias numa ponte lá. É difícil quando a pessoa não faz, e fica querendo por gosto ruim em quem ta fazendo. Eu gostaria de abordar um assunto aqui, que é o seguinte. Eu recebi uma ligação ontem de um amigo, Doutor Rui e ele me falou sobre uma reunião que foi feito em algum lugar, acho que Paranaguá; onde foi falado e isso está aí nas redes sociais, onde ele me fala do interesse do governador, do pessoas da área de segurança, em construir uma Casa de Custódia para 700 presos no litoral. E a fala do Dr Rui é a de que o governo estaria escolhendo Pontal ou Matinhos, mas que os 2 prefeitos já tinham dito não. E que a pessoa encarregada do assunto disse então que eles precisavam convencer um prefeito do litoral para trazer a Casa de Custódia. E o que eu disse para o Dr Rui, eu vou dizer agora o que eu acho do assunto. Eu penso que se fala tanto sobre preso, sobre isso e aquilo outro, eu sou de uma linha, fui policial quase 30 anos, sou de uma linha que acha que os direitos tem que ser respeitados, mas não só os direitos do preso, os direitos de quem ta solto também. E eu estou movendo aqui, fazendo um movimento com os vereadores se quiserem participar, pra que essa Casa de Custódia, se tiver que vir, venha para o lugar certo. E qual seria na ideia do Pastor Deimeval, qual seria o lugar certo? Paranaguá. E os meus amigos de Paranaguá que estão me assistindo, precisam entender porque eu trago essa fala que tem que ser Paranaguá. Porque todos os instrumentos do Estado normalmente se instam na cidade pólo. Exemplo: onde está o núcleo de educação? Paranaguá. Onde está o núcleo de saúde? Paranaguá. Onde está o hospital regional do litoral? Paranaguá. Onde está o escritório central do IAP do litoral? Paranaguá? Onde esta o batalhão da Polícia Militar que comanda a polícia? Paranaguá. Quer dizer que tudo isso pode ficar em Paranaguá, mas Casa de Custódia tem que ficar em outra cidade? Então que vá para Paranaguá. É tão simples isso. Ou que tragam tudo isso pra cá e aí abram espaço pra Casa de Custódia ficar lá do mesmo jeito. Porque eu digo isso? Porque o governador ainda não mostrou porque veio. Aí ele saiu com uma ideia de instalar uma escola de gastronomia e hotelaria da Ilha das Cobras. Mas então porque não faz a Casa de Custódia lá? Lá já foi Casa de

Recuperação de Menores. São 52 hectares a Ilha das Cobras. Lá tem uma casa que é chamada "casa de verão do governador". E custa pro estado 20 mil por mês. E custa 20 mil por mês porque o governador desde 2011 se não me engano, que não vai governador lá. É proibido o desembarque na Ilha das Cobras. Tem uma casa e o governador ratinho vai reformar; palavras do senhor Renato Adur. E quem é Renato Adur? É o responsável na Casa Civil pelas ações políticas do litoral. Quer dizer, nenhum político do litoral prestou, na concepção do governador Ratinho pra se instalar na Casa Civil para fazer as ações políticas para o litoral. Nenhum ex-prefeito, nenhum advogado, ninguém.. ele pegou o Renato Adur para ser o camarada que responde pela Casa Civil pelos atos políticos no litoral. Quer dizer, estamos realmente largados. Então eu sugiro que a Casa de Custódia fique em Paranaguá, na Ilha do Mel.. ponham 700 presos lá, coloque eles para plantarem feijão, arroz, pra fazer algo que preste. E este governador vai fazer o nome. Esse momento aí a moda é falar de segurança, de bandido.. ele abre a Casa de Custódia na Ilha das Cobras, ele faz o nome no país inteiro; fica bom pra ele e nós nos livramos. Se vier pra Antonina, é pior do que vier pra cá. Porque se tiver algum bônus, se tiver, fica lá ainda. Mas o ônus fica todo aqui. Então vamos nos unir Morretes, Antonina, Pontal, Matinhos, Guaratuba.. pra não aceitar essa tal Casa de Custódia em lugar nenhum; mas se tiver que ser no litoral, que siga-se o trâmite de tudo o que é instrumento do governo. Vai pra cidade pólo. Aí não tem o que reclamar. Muito obrigado. Vereadora Flávia: Convido Vossa Excelência para reassumir os trabalhos. Presidente: Com a palavra, vereador Brindarolli. Vereador Sebastião Brindarolli: Boa noite a todos e obrigada por me deixar falar. Difícil falar depois de tantos belos discursos por aqui, mas vamos lá. Senhor Presidente, eu recebi um email da deputada Aline que esteve aqui na Festa Feira, e até conversando com o Vardinho né, tinha um comunicado sobre perder a verba da creche e aí falando até que a culpa eram dos vereadores. No email, ela diz que após audiência no FNDE, foi informado que não será mais cancelada a obra da construção da creche. No email, diz o seguinte: "aproveitamos para orientar a prefeitura que deverá atualizar as informações constantes no CINET quanto a contratação da empresa executora, conforme o caso, registrando seu aditivo, se for o caso e/ou pedindo a manutenção ou vinculação dos dados novos, bem como salientamos a necessidade de pedir a prorrogação da vigência da obra". Acredito que os colegas já fizeram isso em outras vezes. Por fim, "conforme orientação do órgão citado acima sugerimos a realização da validação e aceite pelo gestor no termo de compromisso sobre um ônibus rural". Ou seja, só dar uma validação e conseguiu um ônibus rural. Então, o nosso procurador já foi, mas se possível quero que alguém entregue o recado. Bom, vamos mudar de assunto, ainda diz respeito ao mesmo. Maurício Porrua: eu só gostaria de parabenizar a Aline, o esforço dela, esse aceite do ônibus muito importante para o nosso município, desde novembro de 2018 pra dar esse aceite. A gente nota o empenho dela, uma menina ainda, mas esteve aqui na Festa, acompanhou e não mediu esforços pra que se reverta essa situação. Eu espero que o município e a secretaria de educação, ela dê o quanto antes esse aceite sobre o ônibus. E também que o arquiteto encaminhe os documentos necessários. Eu e o vereador Cesar ficamos mais de 3 horas no FNDE em novembro de 2018 esperando essas documentações, algumas chegaram ao conhecimento, mas ao local errado. Então.. também depende do município essas coisas. A gente

não pode ficar deixando de mandar documentos, o município já não tem muito recurso, aí quando vem um recurso desse ainda se nega.. por falta de conhecimento, por má vontade... um negócio tão simples que é encaminhar esses documentos. A técnica do FNDE abriu a tela pra nós da onde se finaliza esses pedidos e não tem só ônibus rural; tem reforma da escola da Marta, tem capacitação para os profissionais, tem equipamentos.. nós vimos tudo. E aí coloca-se nos programas de educação e aí por falta do aceite, não vem o recurso. Obrigado. Sebastião Brindarolli: Obrigado vereador, me lembrou aqui que corre algumas informações ainda não oficiais que a empresa contratada para fazer a creche rescindiu o contrato. E se rescindiu, teria que fazer uma nova licitação. Mas é só um boato, espero que seja só um boato mesmo, porque se for realidade teria que fazer uma nova licitação e aí complica, porque estamos esperando algumas licitações que demoram um pouquinho. Mauricio Porrua: só pra esclarecer esse assunto, porque eu também escutei e aí eu fui perguntar para o João Foltran, na verdade assim, cancelou o contrato, mas como era uma licitação de 2016, 3 anos atrás, há de se notar que houveram variações nos valores da obra. Principalmente na questão do telhado, o qual teve uma variação orçamentária muito grande. Então tem que se fazer uma recomposição financeira. Pra que se volte o valor normal dentro da tabela SINAP e aí que me preocupa, porque a questão de você fazer toda a recomposição financeira não é um aditivo, é uma recomposição financeira de valores que em 2016 eram menores que as atuais. E aí quem que vai arcar com essas despesas? Aí que eu me preocupo. Mas era só isso, obrigado. Sebastião Brindarolli: Obrigado. Também li nas redes sociais, informações sobre a Confederação Nacional dos Municípios, informaram que 237 municípios tiveram o bloqueio no repasse em maio agora, no Fundo de Participação dos Municípios. Os recursos seriam creditados na última sexta-feira dia 10 de maio, mas a transferência foi bloqueada por falta de homologação. Das informações referentes ao sexto bimestre de 2018, ou seja, novembro e dezembro do ano passado. Ou seja, não informaram ao sistema os gastos que ocorreram no ano passado, até maio. Gastos na saúde, no sistema de informações chamado SIOP. Sistema de informações sobre orçamentos públicos em saúde. Os repasses seriam desbloqueados após a regularização. Já ouvi falar que foi regularizado. Só não tem oficialmente ainda. Os recursos dariam o montante de R\$ 987.471.060. Parece pouco né, então tão perdendo tempo ali. E esses recursos são destinados a saúde, educação, serviço prestado a população. E o que me causa estranheza senhores vereadores, é que foi licitado através do pregão presencial 054/2018, esse pregão tem por objeto contratação de empresa especializada no suporte técnico de sistemas operacionais, dentre eles SIOP, CADPREV, para levantamento e acompanhamento de dados orçamentários e financeiros para verificação efetiva no controle dos gastos públicos, no concernente aos atendimentos no cumprimento dos limites constitucionais com a saúde, educação e gastos com pessoal, a fim de disponibilizar informações precisas aos gestores nas tomadas de decisões. A empresa ganhadora foi a PAPESO, serviços administrativos e reparação e manutenção de computadores LTDA. O valor por 1 ano, senhor Presidente, R\$ 190.000,00. O contrato foi feito em janeiro, e não alimentaram o sistema até maio. Quase perdemos verba, o município quase perde verba mesmo pagando para a empresa. Ou seja, temos que ficar de olho nisso aí, porque a empresa foi contratada pra isso e mesmo assim quase perde verba.

Então, acho que temos que pensar em alguma providência, senhor presidente. Concordo com a sua sugestão de incorporação ao incentivo dos motoristas. Aproveito de novo, queria que o procurador estivesse aqui, mas que ouçam lá, gostaria de sugerir a Casa que se oficie ao Executivo, lembrando que esse mês é obrigação da audiência pública, de finanças. Falo isso porque o executivo já foi mencionado aqui, esqueceu de enviar o Projeto de incentivo aos motoristas antes que ele vencesse. E aí corre nos bastidores que é culpa dos vereadores; não.. já foi explicado muito bem para o Presidente que não foi culpa dessa Casa. Hoje eu e a vereadora Marcela fizemos um ofício encaminhado ao executivo pedindo que retorne com o projeto TFD porque eles enviaram o projeto e esqueceram do estudo de impacto financeiro. Está faltando calendário lá. O certo é contratar uma empresa para acertar as datas, por que acho que agora o sistema vão acertar né? 190 mil por ano vão acertar. Nossas estradas pelo jeito vão ficar esburacadas, por que vai faltar pras estradas. 190 mil ao ano... Eu fiz um requerimento pedindo informação sobre o transporte escolar do município, o requerimento foi feito em 8 de abril e foi respondido dia 8 de maio. O requerimento perguntava sobre o seguro-acidente dos ônibus. To aqui com a apólice datada do dia 29 de abril. Espero que seja a renovação, espero que antes já tivesse esse seguro. Disseram que foi coincidência eu pedir as informações e eles renovarem dia 29. Quanto a situação da Amorisa, eu acho que a ajuda pode ser baseada no princípio da dignidade humana. E o pessoal lá precisava dessa ajuda. Então Presidente, por mais que eu não concorde com algumas coisas, a gente vive numa democracia e com isso, eu concordo com a sua ajuda, queria poder eu ajudar mais também. Era o que tinha pra hoje, que Deus abençoe a todos, o meu muito obrigado. Presidente - ordem do dia – apreciação das proposições de requerimento. Presidente – proposição de requerimento nº 031/2019. Secretária - O Vereador Sebastião Brindarolli Jr , no uso de suas atribuições legais previstas do Regimento Interno, artigo 127, inciso VI, e considerando as funções específicas da Câmara que é a fiscalização e controle de caráter político-administrativo do Poder Executivo Municipal, de acordo com o do artigo 2º, § 2º do mesmo Regimento, leva à apreciação dos senhores Vereadores a seguinte Proposição: Requerimento ao Chefe do Poder Executivo, solicitando que determine à Secretaria competente o envio das informações referentes à investimentos e ao uso de verbas que seriam destinadas ao Hospital de Morretes e quais benfeitorias foram geradas. Justificativa: Tal solicitação se faz em razão da necessidade da sociedade e desta Câmara de Vereadores acompanharem a gestão da Prefeitura Municipal, tendo em vista que foi divulgado em redes sociais que a Prefeitura deixaria de investir no carnaval para investir no Hospital. Palácio Marumbi, Morretes, 14 de Maio de 2019 Sebastião Brindarolli Junior Vereador. Presidente – a proposição de requerimento nº 031/2019 está em discussão.. A proposição de requerimento nº 031/2019 está em votação. Os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem.. Presidente – aprovado . Presidente – proposição de requerimento nº 032/2019. Secretária - A Vereadora que ao final assina, no uso de suas atribuições legais levam à apreciação da Colenda Câmara de Vereadores a seguinte Proposição: Requer ao Presidente da Câmara Municipal de Morretes, o agendamento de reunião com alguns membros da Comissão da XXXVI Festa-Feira Agrícola e Artesanal de Morretes, constituída por um representante da EMATER, representantes dos feirantes indicados pela própria EMATER, bem como a convocação do Secretário

Municipal de Turismo, para tratar dos procedimentos adotados na escolha de critérios para distribuição das barracas. Justificativa: No decorrer da festa feira a Vereadora recebeu inúmeras reclamações dos feirantes quanto aos contemplados e a forma distribuição das barracas. Ademais, uma das funções específicas da Câmara é a fiscalização e controle de caráter político-administrativo do Poder Executivo Municipal, como instituído no § 2º do Art. 2º do Regimento Interno da Câmara, além do direito atribuído aos Vereadores pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município. Palácio Marumbi, Sala das sessões, Morretes, 14 de maio de 2019. Flávia Rebello Miranda Vereadora. Presidente – a proposição de requerimento nº032/2019 está em discussão..... A proposição de requerimento nº032/2019 está em votação..... Os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Presidente – aprovado Presidente – proposição de requerimento nº 033/2019. Secretária - A Vereadora Marcela da Silva Elias, no uso de suas atribuições legais leva à apreciação da Colenda Câmara de Vereadores a seguinte Proposição: Requer à Empresa Concessionária do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento do Município – SANEPAR que encaminhe, no prazo legal, a esta Casa de Leis as seguintes informações e providências: Indicar as ações quanto à implantação e extensão de rede de fornecimento de água e esgoto especificamente em relação à Vila Florindo – as margens do trilho do trem, na localidade do Rio do Pinto neste Município; Informar a possibilidade de elaborar e apresentar o Projeto de implantação da rede na referida área, considerando a supremacia do interesse social e universalização da rede como direito básico e fundamental ao cidadão; Cumprimento do artigo 112 da Lei Orgânica Municipal de Morretes no intuito de dar publicidade, transparência e ampla divulgação aos usuários da região, possibilitando a realização de uma reunião com a comunidade e/ou uma visita técnica *in locu* para melhor aferição da situação de esgoto a céu aberto existente na localidade. Justificativa: A comunidade anseia pela implantação de rede de água e esgoto o qual se encontra à céu aberto ocasionando grande risco à saúde pública, uma vez que a densidade populacional na área é grande, especialmente de crianças. Considerando o princípio da universalização do esgoto cabe a esta Câmara Municipal a fiscalização do cumprimento as leis vigentes municipais, em especial a Lei que Autorizou a Concessão/Convênio entre a Prefeitura Municipal de Morretes e a SANEPAR, e traz as obrigações dos dois entes no que diz respeito a ampliação e extensão da rede de água e esgoto no Município. Palácio Marumbi, Sala das sessões, Morretes, 14 de maio de 2019. Marcela da Silva Elias Vereadora presidente – a proposição de requerimento nº033/2019 está em discussão.. Vereador Maurício Porrua com a palavra: Primeiramente eu gostaria de parabenizar a vereadora Marcela, pelo empenho de tentar resolver o problema daquela comunidade lá e de tantas outras que sofrem o mesmo problema com falta de água e falta de esgoto. Nós temos até acho que na Casa uma recomendação, as questões não ter possibilidade de desmembramento, não haver possibilidade de loteamento. Já fiz audiências referentes ao requerimento de Vossa Excelência aqui outras vezes com a Sanepar, sempre alem a mesma coisa. Por falta de anuência do município, Ministério Público não deixa, sempre é o mesmo problema. Nós temos esse problema no nosso município há mais de 30 anos. Com desmembramento, com invasões, e o município nunca resolveu essas questões. Eu levei ao conhecimento do funcionário lá que cuida da parte de urbanismo uma lei

federal que trata da RIURB. E até comentei com ele e com o Doutor Vitor que se monte uma comissão, até essa Casa pode colaborar.. para que se resolva essa situação. O vereador Brindarolli já citou lei do Ministério das Cidades, nós temos essa Lei Federal que foi para arrumar todas essas questões. É uma lei que ela desperta uma curiosidade, porque é uma lei que resolve até venda de laje. De tão boa que é essa lei para resolver a questão de loteamento, desmembramento e invasões, para o município poder arrecadar.. que tem que ser usada! A lei que não é usada, debilita a sociedade. Então nós temos uma lei federal que nós dá essa possibilidade, Vereadora Marcela, e nós não usamos. E aí nós temos que seguir uma determinação do Ministério Público pra que não se faça nenhum desmembramento, nenhum loteamento, nenhum nome de rua. Aí e culpa é dos vereadores que denominam as ruas. O município não vai La ver, abrem a rua, aí quando não tinha o Ministério Público pegando no pé da Sanepar e da Copel instalavam luz, água.. aí precisavam do Correio, os moradores vinham aqui 30, 40 famílias pedir para os vereadores denominar rua pra chegar correspondência. Aí falam que a culpa é a Câmara que denomina. Até conversei com a servidora Marilene, há que se adotar nome de rua agora só sair com o código com o setor de urbanismo. Para cada loteamento, desmembramento aprovado, existe um mapa com um código que através dele você denomina. E aí acaba com a farra. Por que essa questão de não fiscalizar, jogar pra lá, jogar pra cá, de Ministério Público querer condenar Câmara, Prefeitura por isso, tem que acabar! E os moradores têm que ser servidos do serviço público. E a galeria pluvial que falta no bairro da América, porque na época não foi feito e aí se aproveitou foi lá e desmembrou e agora já quer vender terreno que deixou pro município, já quer comercializar.. terreno que poderia servir para fazer uma praça. No Florindo foi a mesma coisa. O dono desmembrou, vendeu.. e aí, como que vai ficar agora? Sem água? Sem esgoto? Sem tratamento? Vereadora Marcela: e a situação no loteamento do Florindo está precária. Esgoto a céu aberto, a população está sofrendo. Vereador Maurício Porrua: Vossa Excelência é da área da saúde, o quanto que não atraí mosquitos, da dengue e outros. Vereadora Marcela: a população clama por ajuda. As crianças brincando pelos quintais, ta difícil mesmo. Vereador Mauricio Porrua: em outros locais também tem a mesma realidade. Então que se faça uma força-tarefa, se monte uma comissão, setor jurídico lá, setor jurídico aqui. Não é da nossa alçada senhor Presidente, não compete a nós, mas como colaboradores nós também temos que dar nossa contribuição para que se faça. Sozinhos não vão fazer. Então mais uma vez parabêniso Vossa Excelência pela intenção e voto favorável com certeza ao seu requerimento. Vereador Sebastião Brindarolli: Queria parabenizar a vereadora, lembrando que a Vila Florindo não tem nenhuma entrada decente lá, já foi pedido por esse vereador que vos fala para que coloquem algumas placas de sinalização horizontal e vertical para melhorar a entrada daquela vila, já teve casos de carros caírem em um valetão. Eu acho que tem que ter esses cuidados. Muito bem feito seu requerimento senhora vereadora, mas eu queria dizer que pelo o que eu entendo do Estatuto das Cidades, ele autoriza sim a instalação de água e luz para a população e esses são vitimas, de empreendedores, que vendem os lotes sem o devido cuidado, sem a forma legal e muitas vezes se aproveitam da falta de instalação desses e esses, a lei não beneficia, a lei beneficia os moradores, esses são vitimas da falta de fiscalização e quem sabe do aproveitamento dessa falta de fiscalização de

alguns investidores. Então parablenizo a vereadora e que o município utilize essa lei, e dê anuência para que essas pessoas tenham o mínimo que e uma água encanada em casa. Já participei de algumas reuniões, no Pantanal, onde existe a cobrança daquela comunidade para que a Sanepar atenda dentro do contrato e estão tentando atender, minha cobrança foi tremenda e aproveito para parabenizar o Pantanal pela eficiência em cobrar em parceria com essa casa e com o executivo. Eu estive presente em 3 reuniões lá e vejo que a população se reuniu e esta conseguindo êxito e espero que consiga mais. E a Sanepar tem um projeto que ainda está na fase do projeto para uma nova estação de captação no Porto de Cima. Segundo eles, isso acabaria com a falta de água no nosso município. Mas ate quando? Sanepar disse que não tem esses recursos para fazer. Então.. vamos manter contatos e cobrar o estado para que execute. É inadmissível o município de Morretes que tem tanta água potável, ainda ter falta de água. Obrigado Presidente. Presidente: este requerimento é um requerimento que a senhorita está fazendo para que a Casa encaminhe um oficio a Sanepar né, então eu quero dizer que voto a favor e vamos encaminhar, requerer isso, mas é preciso deixar aqui muito claro, a rede de esgoto é um pouco mais difícil, mas a água não tem por que a prefeitura não quer. A prova esta na ultima fala aqui do Secretario do Meio Ambiente que ele, quando eu perguntei sobre a ligação de água la na Vila das Palmeiras, em uma rua foi pedido em 19 de setembro de 2017, na de trás, na semana que foi pedido o secretário foi lá e ligou. Tem explicação? Eu to inventando alguma coisa? Não foi isso que eu perguntei aqui? Eu questionei a Sanepar e to questionando a Sanepar. Não querem ligar, é diferente. É diferente lá na rua do Bananal, que precisava comprar um booster no valor de 350 mil reais, que o prefeito precisava fazer duas assinaturas no papel pra conseguirmos o booster, mas lá.. não precisava de nada disso, a extensão de água ali, a rede está próxima.. então, nós vamos mandar oficio pra Sanepar, vamos brigar com a Sanepar. Olha, eu fui Secretário de Meio Ambiente, e fui chamado em Paranaguá na Justiça Federal, junto com IAP, Sanepar e Copel e foi dito que não era pra dar anuência pra esse tipo de coisa. Até o último dia que fui secretário não tem anuência, tudo lá assinado. Até hoje, não me chamaram pra explicar, quem sabe chamam amanha. Agora, o que aconteceu numa audiência que o vereador Maurício foi? O funcionário disse "eu não assino anuência na frente do Prefeito? Quando o funcionário fala "não assino anuência" e o prefeito deixa é por que não quer colocar água. Agora, o Secretário vem 6 meses depois dessa conversa e coloca água. E colocou só lá.. enquanto as outras ruas ainda estão sem água ainda, não colocou nas outras. Aí, alguém tem que me explicar essa mágica. Então nós vamos fazer ofício, a Sanepar vai responder e p pessoal vai continuar sem água. Enquanto não tiver dentro da Prefeitura, alguém que assine a anuência, não vai ter. E o Secretário falou aqui que ia assinar a anuência. Só que até hoje eu não vi nada ainda, espero que assine. A proposição de requerimento nº033/2019 está em votação. Os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem.. Presidente – aprovado . Presidente - passamos à apreciação do projeto de lei nº 2150/2019 - acompanhado de regime de urgência - primeiramente o requerimento de urgência, senhora secretária. Secretária - excelentíssimo senhor presidente da câmara municipal de Morretes, estado do Paraná. As Comissões de Constituição Justiça e Redação e Finanças, Orçamento e Gestão da Câmara Municipal de Morretes infra-assinados diante

do disposto no inciso II do § 1º do artigo 148 do Regimento Interno, requerem à Vossa Excelência seja aplicado o regime de urgência para a discussão e deliberação do Projeto de Lei Nº 2150/2019. Considerando que o prazo estabelecido no artigo 1º da Lei 275/2014 fica a contar de 17 de abril de 2019, para não acarretar maiores prejuízos aos diretamente interessados na aprovação do presente Projeto de Lei que o mesmo seja apreciado em regime único. Assim, a solicitação de Regime de Urgência se justifica haja vista que não podemos colocar em risco a tutela do interesse público que envolve o presente Projeto de Lei, sendo apreciado em regime normal de três apreciações, uma vez que causaria prejuízo ao objetivo da seguridade jurídica tutelada em referido Projeto. Nestes Termos, Pedem Deferimento. Palácio Marumbi, Morretes, 13 de maio de 2019. Comissão de Constituição Justiça e Redação: Sebastião Brindarolli Junior, Mauricio Porrua, Valdecir Mora, Comissão de Finanças, Orçamento e Gestão: Flávia Rebello Miranda, Sebastião Brindarolli Junior, Julio Cesar Cassilha. Presidente - O Requerimento de urgência para apreciação do projeto de lei nº 2150/2019 está em discussão.... O requerimento está em votação... Os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem...presidente - aprovado. Presidente - passamos a apreciação do projeto de lei nº 2150/2019 - só sumula senhora secretária. Secretaria - projeto de lei nº 2150/2019 “prorroga por mais 12 (doze) meses o incentivo de produtividade instituído pela lei municipal n.º 275/2014 e dá outras providencias”. Presidente - o projeto de lei nº 2150/2019 está em discussão única... O projeto de lei está em votação única... Vereadora Flávia: Senhor Presidente, nobres colegas.. é o quinto ano.. que não sei se a história me ajuda ou me atrapalha nessa Casa. É o quinto ano que estou aqui mais uma vez lei votando nessa Lei, que eu sempre considere um absurdo a elaboração dela, a forma que eles arrumaram de não valorizar os nossos motoristas como deveriam ter sido valorizados. A história conta pra nós que anualmente esses servidores que, muitos deles eu sei que vão levantar 4 horas da manhã pra estar no serviço, tem que estar aqui mais uma vez, lutando por um direito que na justiça do trabalho já está garantido. Nesses 5 anos, e eles sabem muito bem disso.. até contra eu votei a essa lei por sempre lutar por uma forma legal de reconhecimento de todos. Foi proposto a todos os prefeitos que antecederam o prefeito Marajá, a mesma ideia, da criação de um piso municipal para motoristas, da incorporação desses valores aos seus salários, a sua carreira, e posteriormente a sua aposentadoria; e infelizmente, mais uma vez.. Então, é o terceiro prefeito que continua no mesmo erro. Quero dizer aos meus colegas, servidores do município, que já passou da hora dos senhores irem atrás da justiça, passou da hora dos senhores lutarem pela incorporação desse direito que já é adquirido. Então, senhor Presidente, engraçado fica o posicionamento da gente, quando em um tempo tentando lutar contra isso a gente vota contra, e hoje a gente sugere até caráter de urgência, por ter desistido de fazer o Poder Executivo entender que é direito. Fazer o Poder Executivo estudar e tentar mudar essa forma de reconhecimento. Única e exclusivamente porque não quer dar um salário de direito constitucional de cada um deles, de receber e ser valorizado por aquilo que fazem. Então quero agradecer a Comissão, que aceitou a proposta da vereadora de caráter de urgência. Queria dizer que essa casa precisa sim, se não da forma legal, mas como forma de reconhecimento mais uma vez, aprovar este projeto de lei que vai dar pelo menos um pouquinho de condição e de reconhecimento a todos

eles. É isso senhor Presidente, muito obrigado. Presidente: Ainda está em discussão.. com a palavra vereador Maurício Porrua. Vereador Mauricio: Senhor Presidente, nós, na gestão de 2014.. até eu votei contrário, atendendo da mesma forma que a vereadora Flávia, de uma lei que dá o direito de uma gratificação a uma atribuição que já é exercida pelo funcionário. Lutando por um piso salarial que fosse incorporado ao salário deles. Veja, pasme senhor Presidente, esse valor de gratificação já está incluído no SIM-AP, ele vai no setor financeiro mandado todo bimestre, mensal né, no SIM-AM. Ele já se inclui, se não me falta a memória, no 13º, ele já se inclui no um terço de férias, nem impacto tem. Não há necessidade uma lei dessa criando um piso municipal; e eu conversei com 2 motoristas hoje e expliquei pra eles, é uma lei de piso municipal que não necessita seguir os trâmites da 101, de colocar lá o impacto anual dos dois subseqüentes. É vir pra essa Casa e nós termos a legitimidade de aprovar. Acabando com essa questão dos motoristas virem aqui pedindo que a gente aprove um direito que já é deles. Isso se iniciou na gestão do prefeito Helder, em 2014, mas na gestão do prefeito Hamilton se dava um vale-refeição.. não era isso? Aí feria um outro princípio, que é o princípio da isonomia, porque uma classe tinha, e o restante não tinha. Então, até quando vamos arrastar isso daí? Se incorpore no salário, mande pra Casa, nenhum vereador aqui vai querer votar contra um piso municipal dos profissionais, né, vamos aprovar e vamos legalizar esse valor de uma vez por todas. E parar essa sangria do funcionalismo. Acabamos com isso, senhor Presidente, resolvemos essa situação de mais uma classe, quiçá de todas num futuro próximo. Muito obrigado. Presidente: diga-se de passagem que já incide na folha também. O projeto de lei está em votação. Os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem..... Presidente – aprovado. Presidente - - 1ª apreciação do projeto de lei 2145/2019, só a súmula senhora secretaria. Secretária - projeto de lei 2145/2019 - "institui a câmara mirim no município de Morretes, estabelece normas para seu funcionamento, e dá outras providências". Presidente - o projeto de lei nº 2145 /2019 está em 1ª discussão..... O projeto de lei está em 1ª votação... Os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem.....presidente - aprovado em 1ª apreciação o projeto de lei nº 2145/2019. Presidente - considerando que o próximo projeto de lei é de minha autoria, solicito à vereadora Flávia Rebello Miranda - vice presidente que assuma a direção dos trabalhos. Presidente Flávia - boa noite a todos - dando continuidade – 1ª apreciação do projeto de lei 2147/2019. Presidente Flávia – 1ª apreciação do projeto de lei nº 2147/2019 só sumula senhora secretaria. Secretaria - projeto de lei nº 2147/2019 - súmula: "dispõe sobre a instalação de equipamentos para a eliminação de ar na tubulação de abastecimento de água no âmbito do município de Morretes". Presidente Flávia - o projeto de lei nº 2147/2019 está em 1ª discussão..... O projeto de lei está em 1ª votação... Os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem.....Presidente Flávia - aprovado em 1ª apreciação o projeto de lei nº 2147/2019. Presidente Flávia - leitura da redação final dos projetos aprovados na presente sessão... Considerando que o projeto de lei nº 2150/2019 foi aprovado com sua redação original, coloco em dispensa a leitura da redação final do mesmo.... A dispensa está em discussão... A dispensa está em votação... Os favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Presidente Flávia - aprovado. Presidente Flávia - encaminhe-se o projeto de lei nº 2150/2019 para sanção do prefeito.

Encerramento: Senhora secretária algum Vereador inscrito para uso da palavra de encerramento? Secretária: não, Senhora Presidente. Presidente Flávia - agradecemos a presença de todos e como não há nada mais a ser discutido e apreciado, dou por encerrada a presente sessão. Por fim, eu Vereadora Marcela da Silva Elias redigi a Ata que após lida será assinada por mim e pelo Presidente Vereador Pastor Deimeval Borba.